



ISSN 1981 - 3031

## **EDUCAÇÃO DO CAMPO E PARA O CAMPO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA VALORIZAÇÃO DA CULTURA E DA CIDADANIA CAMPONESA**

José Ribeiro da Silva (IFAL – Campus Satuba)  
jorinetos@gmail.com

Manoel Santos da Silva (IFAL – Campus Satuba)  
manoelsos@gmail.com

### **Resumo**

Este estudo tem por objetivo identificar nos debates em torno da educação do campo as abordagens a respeito da valorização da cultura e da cidadania dos agricultores camponeses. Trata-se de uma revisão de literatura, onde buscou-se em argumentos levantados principalmente por Arroyo, Caldart e Molina (2005), Nascimento (2004) e Souza (2008) elementos que identifiquem as possíveis contribuições da educação do campo para a formação de cidadãos críticos e capazes de transformar sua realidade. Foi identificado que os movimentos sociais vinculam uma educação básica ao terreno dos direitos que representa não apenas a busca da melhoria da qualidade de vida, mais também o exercício da cidadania. Percebeu-se que as concepções ideológicas sobre educação passam por um clivo a partir do momento que é discutida a permanência do homem no campo, permeando por aspectos relevantes para essa permanência. No entanto, a escola precisa reconhecer as matrizes culturais do povo, para agir de acordo com seus costumes e seus hábitos. Para isso, precisa reconhecer que os processos educativos têm que prestar especial atenção às matrizes culturais do homem, da mulher e do povo do campo.

**Palavras-chave:** Educação do campo, cultura camponesa, cidadania

### **Introdução**

A constituição histórica da educação surge das necessidades de diferentes grupos sociais em acessar a educação. Para Antônio e Lucini (2007), “a perpetuação de traços coloniais na estrutura social brasileira, na composição dos governos e na

administração do público tem fortes raízes rurais e patriarcais”. Esses autores afirmam ainda que:

A sobrevivência de traços coloniais na interpretação da realidade perpassa as relações históricas que conformam a estrutura fundiária brasileira. Atrelada a esta estrutura, a educação rural não é exceção nas determinações que, antes de representarem um instrumento de ruptura com a ordem estabelecida, sofrem processos de conformação em relação à estrutura social, cultural e econômica gestada no e para o país (ANTÔNIO e LUCINI, 2007, p.178).

Para se conceber uma educação a partir do campo e para o campo, é necessário mobilizar e descartar ideias e conceitos há muito estabelecidos pelo senso comum. Mais do que isso, é preciso desconstruir paradigmas, preconceitos e injustiças, a fim de reverter as desigualdades educacionais, historicamente construídas, entre campo e cidade (HENRIQUES et al., 2007, p.12).

A educação do campo, de acordo com Vendramini (2006), vem conquistando espaço, nos últimos anos, nos debates e nas políticas educacionais no Brasil. “Tal fato merece nossa reflexão, diante do contexto em que ele se manifesta. Observamos a continuidade do êxodo rural, iniciado no século passado e intensificado nas décadas de 1960 e 1970” [...] “a inviabilização da agricultura familiar e o fortalecimento do agronegócio e da produção para a exportação”. (VENDRAMINI, 2007, p.122). Essa autora afirma ainda que:

É preciso compreender que a educação do campo não emerge no vazio e nem é iniciativa das políticas públicas, mas emerge de um movimento social, da mobilização dos trabalhadores do campo, da luta social. É fruto da organização coletiva dos trabalhadores diante do desemprego, da precarização do trabalho e da ausência de condições materiais de sobrevivência para todos (VENDRAMINI, 2007, p. 123).

Percebe-se que atualmente, a educação do campo tem conquistado lugar na agenda política nas diversas instâncias sejam elas municipal, estadual e federal nos últimos anos. De acordo com Souza (2008), esse fenômeno é “fruto das demandas dos movimentos e organizações sociais dos trabalhadores rurais, a educação do campo expressa uma nova concepção quanto ao campo, o camponês ou o trabalhador rural, fortalecendo o caráter de classe nas lutas em torno da educação” (SOUZA, 2008, p.1090).

Dentro desse contexto, Vendramini (2007) afirma que “uma importante e significativa mudança de teoria e de prática no que se refere à educação rural foi o movimento nacional desencadeado para a construção de uma escola do campo”, escola essa vinculada ao processo de construção de um instrumento popular para o Brasil, que contempla um novo projeto de desenvolvimento para o campo.

Segundo o mesmo autor, “a educação do campo foi incorporada e/ou valorizada na agenda de lutas e de trabalho de um número cada vez maior de movimentos sociais e sindicais do campo, com o envolvimento de diferentes entidades e órgãos públicos” (VENDRAMINI, 2007, p.123) .

Com base no exposto, busca-se nesse trabalho compreender como os debates em torno da educação do campo contribuem para o fortalecimento da identidade e da cidadania de homens e mulheres camponeses. Pois considera-se estes dois elementos ferramentas fundamentais para uma permanência digna de homens e mulheres em um universo extremamente dinâmico e completamente afetado pelas transformações econômicas, sociais, políticas e ambientais que afetam a sociedade contemporânea.

### **A educação do campo e as contribuições para a valorização da cultura e da cidadania camponesa**

A educação popular, desenvolvida pelos movimentos sociais e como composição teórico-prática sobre a situação educacional do país, tencionam o Estado. Utilizando-se das informações de Nogueira (1999), Antônio e Lucini (2007) explicam que:

Ao mesmo tempo em que se torna uma prática propositiva, esta composição busca compreender questões educacionais a partir de um quadro político-democrático, no qual se manifestam as lutas pelas transformações sociais a partir da educação, nas dimensões de luta pela cidadania em sua relação à qualidade de vida”. (NOGUEIRA, 1999, *apud* ANTÔNIO e LUCINI, 2007).

Nesse contexto, o MST (Movimento Sem Terra) é um movimento que está ensinando a sociedade brasileira a fazer Educação no Campo. Esse movimento vem mostrando através de rituais e gestos que é preciso repensar este país.

O movimento social e educação estão interrelacionados, partindo de dois fatos que contribuem para o processo de escolarização. Para o primeiro fato existe um momento social do campo, mesmo não sendo uma educação oficial, porém, ainda há muito por fazer. Esse processo não pode ser construído só.

Parece-me que hoje a imprensa, as elites, a sociedade, todos reconhecem que o campo não está parado, o campo está vivo, há mais vida na terra do que no asfalto da cidade, e este me parece um ponto fundamental: termos consciência de que hoje onde há mais vida no sentido de movimento social, onde há mais inquietação, é no campo (ARROYO *et al.*, 2005, p.68).

O segundo fato diz que não só há no campo uma dinâmica social, ou movimentos sociais no campo, também há um movimento pedagógico. Por isso, “procuro estar atento por onde é que neste país está acontecendo a renovação educativa

e observo que está acontecendo nos movimentos sociais e nos governos populares”. (ARROYO *et al.*, 2005, p.68).

Estes achados promovem a reflexão sobre um processo que não é estático, que trazem no sentido do movimento as complexas relações que o campo apresenta tanto no âmbito local quanto no global, e a evolução dos debates da educação do campo como instrumento pedagógico para a formação de novos cidadãos e protagonistas do desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, o movimento social no campo vem sendo constituído por sujeitos que lutam pelos seus direitos: à terra, à justiça, à igualdade, à liberdade, ao trabalho, à dignidade, à saúde, à educação, ao conhecimento e à cultura, vinculando uma educação básica ao terreno dos direitos que é uma das características do movimento social. Em seus argumentos, Arroyo resgata os avanços que a educação no campo historicamente já conseguiu, situando o movimento social e a educação básica como instrumentos de conscientização. Pois “a escola foi feita para garantir direitos, porém ela, infelizmente, é peneiradora, é excludente dos direitos”. (ARROYO *et al.*, 2005, p.74).

O movimento social defende uma escola, vinculada ao mundo do trabalho, da cultura, ao mundo da produção, vinculada à luta pela terra, ao projeto popular de desenvolvimento do campo, em defesa da própria vida. A educação dos povos do campo só poderá significar a sustentabilidade para eles, quando for definida como prioridade nas políticas públicas.

Enquanto isso não ocorre, os povos do campo reagem às condições subumanas que passam. Não há incentivos para que estes povos tenham na educação uma consciência dos direitos, tentando aliená-los em seus movimentos sociais. Se as políticas para a educação do campo são paliativos não chega à construção dos objetivos da maioria.

Arroyo (2001) e Caldart (1997) *apud* Nascimento (2004) afirmam que os educadores e educadoras do campo estão em constante movimento buscando fazer acontecer uma educação específica do campo. Mas, encontram-se na contramão da história de uma oligarquia perpétua que se produziu no meio rural deste país. Por isso, os educadores/as ligados em rede a partir das relações existentes com os movimentos sociais do campo, buscam incentivar a recriação de um movimento social e cultural que valoriza a identidade da comunidade. Daí surgem práticas pedagógicas inovadoras que

enriquecem o debate e a reflexão do projeto alternativo de uma educação básica, especificamente, do campo.

Apontando como contraponto à visão de camponês e de rural como sinônimo de arcaico e atrasado, Souza (2008) afirma que:

[...] a concepção de educação do campo valoriza os conhecimentos da prática social dos camponeses e enfatiza o campo como lugar de trabalho, moradia, lazer, sociabilidade, identidade, enfim, como lugar da construção de novas possibilidades de reprodução social e de desenvolvimento sustentável (SOUZA, 2008, p.1090).

Nas concepções de educação, principalmente voltada para o campo, é importante perceber a inércia do poder público para garantir políticas educacionais adequadas as realidades vivenciadas no campo. Miguel Arroyo (2005) questiona a desvalorização da educação como princípio básico da formação do cidadão, pois no terreno concreto da educação assumir e legitimar a consciência dos povos do campo à educação pode significar que se reconheça, valorize e incorpore em políticas públicas o pensar e fazer dos movimentos sociais nos tratos da educação, da gestão das escolas, na reorientação curricular, na produção de material, na formação de profissionais, na EJA, na alfabetização, no alargamento da concepção do direito à educação e formação. As políticas públicas entrarão na contramão se ignorarem o pensar e o fazer dos movimentos na garantia do direito.

A defesa por uma educação no campo é apontada desde a Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, em relação à formação dos educadores que atuaram no campo.

Quanto ao ensino rural, é possível afirmar que a Lei não traduz grandes preocupações com a diversidade. O foco é dado à integração, exposta, por sua vez, no artigo 57, quanto recomenda a realização da formação dos educadores que vão atuar nas escolas rurais primárias, em estabelecimentos que lhes prescrevam a integração no meio (ARROYO *et al.*, 2005, p.194).

A concepção de meio rural está fazendo parte de um mesmo continuum, pois o meio rural é uma continuação do urbano, “o meio rural se urbanizou nas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura”. (ARROYO *et al.*, 2005, p. 197).

As concepções ideológicas sobre educação passam por um clivo a partir do momento que é discutida a permanência do homem no campo, permeando por aspectos relevantes para essa permanência. Sendo “a cultura da roça, do milho, é mais do que cultura. É cultivo do ser humano. É o processo em que ele se constitui sujeito cultural”. (ARROYO *et al.*, 2005, p.77).

Antônio e Lucini (2007) afirmam que os povos do campo, identificados pelas problemáticas vividas, “encontram na Pedagogia Libertadora um dos ancoradouros para a discussão dos processos de exclusão e empobrecimento crescente dos trabalhadores. Processos que adentram a escola, nos seus aspectos organizacionais e didáticos do currículo escolar”. Afirmam ainda que “com efeito, ao definir que, no processo de transformação social, a escola é mais do que escola, lê-se um primeiro indicativo sobre a necessidade de transformar também a escola” (ANTÔNIO e LUCINI, 2007, p.183).

A educação de qualidade no campo, voltada aos interesses dos camponeses/as, pode ajudar na construção de uma agricultura alternativa, sustentável e familiar, que significa realizar a inclusão dos excluídos no seio da sociedade. Por isso, não se pode separar a educação dos problemas reais da realidade do camponês, alerta o educador Paulo Freire numa entrevista onde fala que sem educação não pode haver Reforma Agrária no Brasil (NASCIMENTO, 2004, p. 4).

A escola precisa reconhecer as matrizes culturais do povo, para agir de acordo com seus costumes, seus hábitos. Para isso, precisa “reconhecer que os processos educativos, ou melhor, que a educação básica tem que prestar especial atenção às matrizes culturais do homem, da mulher e do povo do campo”. (ARROYO *et al.*, 2005, p.78). Os movimentos sociais participam ativamente da construção do aprender, sendo necessário que “o homem e a mulher do campo e da cidade têm saberes mais sérios a aprender e a dominar”. (ARROYO *et al.*, 2005, p.82).

A educação no campo requer um olhar diferenciado, pois não concebe “aprender apenas os conhecimentos necessários para sobreviver e até para modernizar um pouco a produção, introduzir novas técnicas, sementes e adubos”. [...] “um projeto de educação básica no campo tem que incorporar uma visão mais rica do conhecimento e da cultura, uma visão mais dignas do campo”. (ARROYO *et al.*, 2005, p.82).

Fortalecendo esta ideia, Nascimento (2004), disserta que “a educação de qualidade no campo, voltada aos interesses dos camponeses/as, pode ajudar na construção de uma agricultura alternativa, sustentável e familiar, que significa realizar a inclusão dos excluídos no seio da sociedade”. O autor afirma ainda que “não se pode separar a educação dos problemas reais da realidade do camponês, alerta o educador Paulo Freire numa entrevista onde fala que sem educação não pode haver Reforma Agrária no Brasil” (NASCIMENTO, 2004, p. 04).

A educação do campo necessita pensar e agir a partir de cinco transformações, são elas: A primeira transformação do papel da escola referem-se, especificamente, a

três compromissos que a educação do campo deve assumir. O compromisso ético/moral com a pessoa humana. O compromisso com a intervenção social que irá vincular os projetos de desenvolvimento regional e nacional. E, o compromisso com a cultura no seu resgate, na sua conservação e na sua recriação, tendo como eixo a educação dos valores baseada na educação para autonomia cultural e na educação pela memória histórica.

A defesa de uma educação do campo tem como sustentação o reconhecimento de uma realidade de trabalhadores e trabalhadoras que têm resistido para continuar produzindo sua vida no espaço rural. E, especialmente, o reconhecimento de que esta realidade precisa ser alterada, tendo em vista a crescente pobreza, o desemprego, as grandes desigualdades sociais e as dificuldades de acesso às políticas públicas (saúde, educação, transporte, infra-estrutura etc.). Portanto, pensar um projeto de educação do campo pressupõe a sua sustentabilidade em termos econômicos, sociais e culturais (VENDRAMINI, 2007, p.129).

Para Nascimento (2004), “ao se abordar o conceito de cidadania torna-se urgente entender a importância da efetivação e da construção de políticas públicas para o desenvolvimento da educação básica do campo, bem como, para todos os setores que estão à margem da sociedade” (NASCIMENTO, 2004, p. 7).

O autor afirma ainda que o processo de construção de um projeto popular alternativo de desenvolvimento para o Brasil requer novos valores éticos e culturais que precisam ser assumidos por todos/as. São compromissos básicos que podem ser resumidos em: o compromisso com a soberania, compromisso com a solidariedade (extermínio da exclusão social e da desigualdade), compromisso com o desenvolvimento (rompimento com o capital financeiro), compromisso com a sustentabilidade, compromisso com a democracia ampliada e o compromisso com a segurança alimentar. Com base em informações de Lisita (1992), afirma que a escola do campo é chamada a contribuir no debate e na construção desse projeto popular alternativo de desenvolvimento com cidadania para o campo. O desenvolvimento para as elites no que se refere ao campo modernizou-se nos últimos anos com o uso de fertilizantes, de irrigação e de equipamentos técnicos (modernização conservadora). Por outro lado, este projeto modernista para o campo expulsou milhões de trabalhadores/as e concentrou a propriedade fundiária. Quando há resistência enfrentam a ira e a violência das velhas oligarquias rurais, donas dos latifúndios improdutivos (NASCIMENTO, 2004, p. 8).

## **Considerações finais**

A temática discutida não se esgota, pois a educação do campo está evidenciada pelos movimentos sociais, na qual não consegue ter estrutura adequada para suprir os descasos governamentais. A escola tem que rever sua prática como papel fundamental na construção da identidade do povo do campo e para o campo.

Contudo, a estrutura da escola precisa ser como a estrutura do movimento social, na busca pela inclusão dos sujeitos no processo educacional. Respeitando o homem, a mulher, a criança e o jovem do campo, para que possam ter conhecimento da importância da sua fixação no campo para o crescimento sustentável e familiar.

No que se refere ao fortalecimento da cultura e da cidadania nas comunidades camponesas, a educação do campo é construída com o intuito de formar não somente cidadãos, como também protagonistas do processo de desenvolvimento rural. Para que isso ocorra, é necessário que os conhecimentos sejam construídos considerando as tradições, a cultura e a identidade acumulados por várias gerações ao longo da história.

De acordo com Nascimento (2004), “torna-se necessário assumir pedagogias em movimento, que valorizam a luta social, a organização coletiva, a terra, o trabalho e a produção, a cultura (costumes, tradições, hábitos), a escolha, a história, a alternância, a festa e tudo o que estiver relacionado à cultura dos povos do campo”.

## **Referências**

ANTÔNIO, Clésio Acilino. LUCINI, Marizete. **Ensinar e aprender na educação do campo: processos históricos e pedagógicos em relação**. Campinas: Cad. Cedes, vol. 27, n. 72, p. 177-195, maio/ago. 2007

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete, MOLINA, Mônica Castagrio. (Orgs). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

HENRIQUES, Ricardo; MORANGON, Antônio; DELAMORA, Michele; CHAMUSCA, Adelaide. **Educação do Campo: diferença mudando paradigmas**. Brasília: Secad/MEC. 2007. 81p.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação, cidadania e políticas sociais: a luta pela educação básica do campo em Goiás**. Goiás: Revista Iberoamericana de Educación. ISSN:1681-5653. p. 1-16. 2004.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do Campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica**. Campinas: Revista Educação e Sociedade. vol. 29, n. 105, p. 1089-1111, set./dez. 2008.



VENDRAMINI, Célia Regina. **Educação e Trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo.** Campinas: Cad. Cedes, vol. 27, n. 72, p. 121-135, maio/ago. 2007.